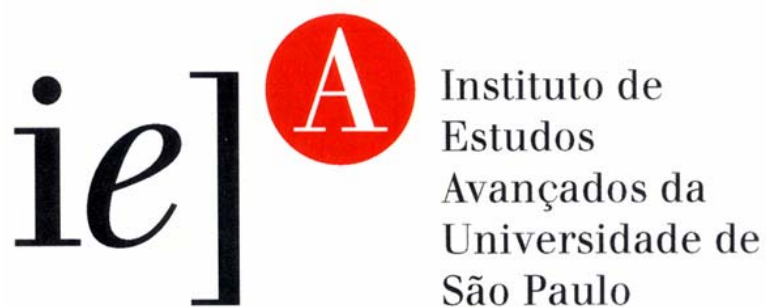


# O Teatro Político nas Crônicas de Machado de Assis

*Alfredo Bosi*



Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

# O Teatro Político nas Crônicas de Machado de Assis

**Alfredo Bosi**

*“Que é a política senão obra de homens?”*

A Semana, 30/X/1982

Havia em Machado de Assis um gosto acentuado de contar histórias de políticos. Não são poucas as crônicas em que falou de parlamentares do passado ou seus contemporâneos. Histórias de políticos. Essa preferência leva ainda alguns de seus leitores a pensar que o cronista prestasse tributo à História e à Política. O equívoco é compreensível e deve-se à intenção louvável de mostrar que um grande escritor é sempre de algum modo participante e, no limite, engajado. Na esteira de nossa admiração vem o risco de submeter a leitura a pensamentos desejosos. Tudo indica, porém, que Machado não acreditava nem esperava nada (ou quase nada) nem da Política nem da História, escritas aqui com iniciais maiúsculas para diferenciá-las do verdadeiro objeto do cronista: políticos e suas histórias.

## **ATORES EM CENA**

Um dos acontecimentos dramáticos e cruciais da vida pública do Segundo Império foi a demissão que D. Pedro II deu, em 1868, ao gabinete liberal de Zacarias de Góis substituindo-o pelo gabinete ultraconservador de Itaboraí. Embora Sua Majestade pudesse formalmente valer-se do Poder Moderador, a mudança abrupta de ministério, sendo liberal a maioria da Câmara, soou como um golpe, um abuso de autoridade, manifestação extemporânea do chamado "poder pessoal".

A comoção foi grande nos meios partidários, e grêmios e jornais liberais acusaram de bonapartista a atitude do imperador. Para historiadores do calibre de Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, a crise ministerial de 1868 marcou o declínio do regime monárquico. Os liberais radicalizaram-se e o republicanismo conheceu o seu primeiro grande surto. As águas enfim moviam-se e a crise não seria passageira.

Machado de Assis assistiu a tudo como observador simpático aos liberais, pois foi a sua cor ideológica ao longo dos anos 60. Mas o que ficou na sua lembrança e na sua palavra ao retornar àquela sessão momentosa que fechava uma época e abria outra?

Vinte e sete anos depois, ao noticiar a morte de Saldanha Marinho, membro daquela câmara dissolvida, amigo seu, liberal ardente, maçom e enfim republicano, Machado de Assis escreveria uma crônica na *Semana*, datada de 16 de junho de 1895. A memória da sessão é nítida, a narração movimentada, os detalhes precisos. Mas nem o foco da elocução nem o tom geral conferem ao acontecimento a relevância e a densidade ideológica que o consenso dos historiadores lhe atribui. Para o cronista de 95 o evento parlamentar de 68 é feito de gestos entrecortados de aplausos e vaias; depois viria o nada que o tempo tece sobre si mesmo:

“Os liberais voltaram mais tarde, tornaram a sair e a voltar, até que se foram de vez, como os conservadores, e com uns e outros o Império”.

O estudioso da política imperial sabe que, entre 68 e 71, com a luta em torno da Lei do Ventre Livre e, nas duas décadas seguintes, haveria duros embates dentro e fora do Parlamento; e que a reforma eleitoral, a Abolição e a República não teriam sido possíveis sem que novos e velhos liberais ("liberais contra liberais", na expressão feliz de Sérgio Buarque) e velhos e novos conservadores se defrontassem, mesmo porque a sociedade mudava, a economia se modernizava, o capitalismo, tardio embora, pressionava, a imigração seria um fato, as desigualdades regionais se aprofundavam; em suma, a história do povo brasileiro e a história do Estado brasileiro prosseguiram com seus traumas e exigências. Mas a leitura de Machado tem a ver com os gestos, os ritos, os gritos, as palmas, os silêncios, a vida, paixão e morte dos indivíduos, o ciclo mesmo da existência pelo qual uns vão, outros voltam e todos partem definitivamente. Interessava-lhe, artista que era, o estilo dos atores políticos; atraíam-no as suas aparições efêmeras, ora risíveis, ora patéticas, mas não algum possível sentido da Política e da História, que não cabe nas suas crônicas como dificilmente se depreende de seus romances e contos.

Esse fluir e refluir dos sucessos para o Lethes do esquecimento é trabalhado de modo estratégico pelo discurso machadiano das gerações. Afinal, *les morts vont vite* (frase recorrente nas crônicas e no diário do Conselheiro Aires), e os jovens não guardam memória deles:

"Jovem leitor, não sei se acabavas de nascer ou se andavas ainda na escola. Dado que sim, ouvirás falar daquele dia de julho, como os rapazes de então ouviam falar da Maioridade ou do fim da república de Piratinim, que foi a pacificação do Sul, há meio século".

Admitida a eventual hipótese de que o jovem leitor tivesse notícia daquele dia de julho de 68, o cronista põe-se a avivar a sua memória contando como eram naquele tempo as recepções de ministérios ou de partidos.

A recordação vai direto ao teatro da política. As galerias e tribunas estavam cheias de gente, pois o público desejava experimentar emoções que iam da curiosidade à indignação passando pela indefectível vaidade de mostrar-se em um recinto onde o prestígio e as "influências" eram tudo.

Deslocado o ponto de vista do ato político para as impressões do espectador, generaliza-se a idéia de que, no fundo, todos amamos a retórica, "nós amamos a esgrima da palavra, e aplaudimos com prazer os golpes certos e bonitos". A observação chama a um campo comum o cronista e seus leitores e institui a figura-chave do público ansioso por ver o desempenho dos deputados, o que será habilmente aplicado ao espetáculo daquela tarde de julho de 1868. Para esbater e subtrair qualquer coloração de especial dramaticidade histórica à sessão evocada, o cronista dirá que "também houve aplausos em 1868, como em 1889, como nas demais sessões interessantes, ainda que fossem de simples interpelação aos ministros". Também... também. Como antes e depois, em ocasiões "interessantes", as galerias foram solenemente advertidas de que não deveriam dar sinais de aprovação nem de reprovação, e não obedeceram. Volta a lembrança: "Ouço ainda os aplausos de 1868, estrepitosos, sinceros e unânimes". Teatro, de novo: Itaboraí entra, Zacarias sai. Para driblar a surpresa da derrota, o perdedor teria dito que desde a quaresma sentia que a queda era inevitável. O cronista comenta: "Grande atleta, quis cair com graça". Zacarias é ator consumado, e o espetáculo tem o seu quê de circense: é preciso que os equilibristas mostrem destreza ao cair. E Zacarias caiu com graça.

O jogo, porém, já estava decidido. Machado mostra-se convicto de que contra a força (no caso, a vontade do imperador) seriam baldados os argumentos, tanto os de esperança como os de indignação. Apesar disso, ouviram-se no meio do coro e em cena aberta uns e outros, escrúpulos de quixotes. Eram vozes saídas da câmara derrotada. Alguém aparteou, confiante de que seria ainda possível desfazer o que tinha sido feito; esse alguém "talvez não soubesse ler em política": o cronista esqueceu-lhe o nome, mas insinua

que era voz de um ingênuo que ignorava a ciência da força e do fato consumado, isto é, a política. Atitude oposta, pelo desassombro, pela ativa independência, teve Saldanha Marinho, cuja morte deu ocasião à crônica. Machado o conhecera de perto no seu tempo de militância jornalística no liberal *Diário do Rio de Janeiro*. Naquela tarde Saldanha poderia ter-se calado, ou simplesmente votado contra a moção protocolar de despedida que a câmara sempre dirigiu ao ministério imposto. Mas Saldanha preferiu externar as suas duras verdades e cair de pé. O cronista pondera que não lhe teria custado ser apenas firme, sem lançar suas invectivas à monarquia. Saldanha, junto com Otaviano e Otôni, já havia, em 60, derrotado "ilustres chefes conservadores" e inaugurado o interregno liberal; no entanto, arriscou-se a perder tudo e caiu em desgraça. Zacarias e Saldanha, atores diversos na semelhança das situações: "que é a política senão obra de homens?"

Moral da crônica:

"Ó tempos idos! Vencidos e vencedores vão todos entrando na história. Alguns restam ainda, encalvecidos ou encanecidos pelo tempo, e dois ou três cingidos de honras merecidas".

Este *entrar na história*, caminho forçoso de todos, liberais, conservadores e republicanos, vencidos e vencedores, tende a zerar o drama político real, esvaziando-o sob a ação do tempo, que todos sabem veículo da morte, "cúmplice de atentados". Dessa indiferença a que ninguém escaparia, salva-se, *como indivíduo*, Saldanha Marinho, cuja passagem para o campo maçom-republicano é assim interpretada: "Mudara de campo, se é que se não restituiu ao que era por natureza". Os atores reagem como podem à força cega do poder (essência da política), tentando desempenhar os seus papéis; e, assim como se dá em cena, os caracteres heróicos são raros e apartam-se, às vezes pateticamente, das personagens movidas pela rotina dos interesses particulares.

A atitude intrépida de Saldanha Marinho em 68 é inicialmente atribuída à sua mudança de bandeira partidária, pois "mudara de campo", mas, logo em seguida, o cronista adverte, como hipótese melhor, um dado pessoal, a "natureza" peculiar àquele digno combatente: "se é que se não restituiu ao que era por natureza". O leitor que se proponha ir além da notação individual e verificar o que significaram na história política do Brasil as lutas de Saldanha Marinho encontrará tensões ideológicas de longa duração que ultrapassam de muito a explicação psicológica de Machado que aponta para a singularidade de caráter daquele homem público.

Saldanha Marinho, por intermédio de Quintino Bocaiúva, convidara o jovem Machado para escrever a crônica parlamentar do *Diário do Rio de Janeiro* quando os liberais ensaiavam a sua volta à maioria na Câmara. Mas a oposição entre liberais e conservadores conheceria, a partir dos anos 60, desdobramentos divergentes. De um lado, o Partido Liberal, com Nabuco de Araújo, Zacarias e Saraiva à frente, manteve-se fiel ao regime, embora sempre denunciasse os excessos do poder pessoal – posição acentuada na crise de 68. De outro, viria a radicalização republicana, que se combinou com a Maçonaria. Esta última foi a opção de Saldanha Marinho, primeiro signatário do manifesto republicano, defensor coerente do sufrágio universal, jacobino que polemizou acerbamente com a Igreja Católica apoiando a decisão do tribunal que puniu os bispos de Olinda e do Pará. A "questão religiosa" dividiu forças políticas e culturais do Império. De modo geral, tanto os novos liberais quanto os republicanos históricos secundaram a campanha maçônica: os jovens Nabuco e Rui Barbosa sustentaram o Estado regalista contra a Igreja ultramontana, e só em seus anos de maturidade se reaproximariam do catolicismo. Quanto a Saldanha, escreveu, sob o pseudônimo de Ganganelli, um libelo maçônico e anticlerical, *A Igreja e o Estado*. Chamado por Deodoro da Fonseca para integrar uma comissão preparatória da Constituinte republicana, mostrou-se aguerrido defensor do Estado leigo, pugnando pela separação da Igreja do Estado, no que foi escudado pelos positivistas e pelos liberais agnósticos.

O que essa luta envolveu de marchas e contra-marchas em um país de maioria católica (religião oficial do Império) evidentemente não caberia na apreciação que o cronista Machado faz, em 1895, de Saldanha Marinho, que acabava de morrer. 1868 fora, de todo modo, o ano em que forças opostas, mal coladas na Conciliação dos anos 50, voltariam a enfrentar-se. Fazer a história dessas lutas seria entrever a história do ocaso do Império. Machado, escrevendo em 95, *post festum*, não se mostra interessado no que pulsaria no fundo ou por trás da cena parlamentar que a Câmara propiciava em uma de suas cerimônias "interessantes". O que o seduzia era a retórica de lances individuais em contraste. É próprio dos espetáculos brilharem só por algumas horas e depois passarem; a crônica evoca-os sabendo que são de ontem, e que o amanhã costuma esquecer-los. O que impressiona no texto machadiano é o movimento passageiro das aparências, que é vivo e tem a sua verdade na medida em que os mecanismos políticos não dispensam o teatro; o público inquieto que ora vaia, ora aplaude; os presidentes formalistas que exigem silêncio, mas em vão; o atleta que cai com graça (chamava-se Zacarias), e o homem fiel à sua

natureza indomável (chamava-se Saldanha Marinho). "Os liberais voltaram mais tarde, tornaram a cair e a voltar, até que se foram de vez, como os conservadores, e com uns e outros o Império".

## **UMA VIDA INTEIRA DE GALERIA EM GALERIA**

*A Semana*, 27/XI/1892

O cronista continuou a passar horas nas galerias das câmaras mesmo depois de ter-se apartado fisicamente do seu posto juvenil de observador parlamentar. Serão horas imaginárias essas, que a página da *Semana* recorda em 27 de novembro de 1892, mas nem por isso menos reveladoras de um Machado olheiro e ouvinte das sessões legislativas encaradas como representação. Temos a impressão do espetáculo e a respectiva reação do espectador. Nenhum conteúdo, só a forma da pura encenação. Nenhuma idéia, nenhum projeto sólido, só a qualidade sonora das falas: macias e polidas no Velho Senado; bulhentas na Câmara, "bonita agitação"; berradoras, enfim, na intendência republicana. O ouvinte adverte e pontua o crescendo que se deu com a passagem do tempo e dos regimes:

"O melhor que há no caso da intendência nova, é que ela mesma deu o exemplo, excitando-se de tal maneira que fez esquecer os mais belos dias da Câmara. Em minha vida de galeria, que já não é curta, tenho assistido a grandes distúrbios parlamentares; raro se terá aproximado das estrelas da nova representação do município. Não desmaie a nobre corporação. Berre, ainda que seja preciso trabalhar".

A construção cabal da figura do público, que só quer ver o espetáculo por si mesmo, está impressa na personagem de nome Calisto à qual o autor dedica a "bala de estalo" de 10 de maio de 1885, véspera da apresentação do ministério Saraiva:

"Calisto só adora uma coisa mais do que as crises ministeriais, é a apresentação dos ministérios novos às câmaras. (...) Não atribuam a Calisto nenhuma preocupação política, pequena ou grande, nem amor ao Dantas ou ao Saraiva, ao projeto de um ou de outro, nem à grande questão que se debate agora mesmo em todos os espíritos. Importa-lhe pouco saber de um problema ou da sua solução; contanto que haja barulho, dá o resto de graça".

**"FINANÇAS, FINANÇAS, SÃO TUDO FINANÇAS";**  
**"... AFINAL, UM FASTIO QUE NUNCA MAIS ACABA"**  
*A Semana, 9/X/1892*

A República triunfou, mas não trouxe apenas vereadores ruidosos que deram o tom aos debates das novas intendências. Os tempos novos veriam também a ciranda financeira, o encilhamento, com a sua pletora de emissões, crédito luxuriante, jogatina, falências em cadeia. A cena política desloca-se da arena parlamentar para as companhias, os bancos, a Bolsa. Tudo é questão de mais ou menos papel-moeda.

Raymundo Faoro, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, reconstruiu miudamente esse período breve mas intenso do capitalismo brasileiro que, mediado pelo Estado, ensaiava temerariamente os primeiros passos no regime nascente. E junto ao desenho do quadro (o seu reflexo) vinha a marcação da perspectiva machadiana, a reflexão do intelectual que, diante do vale-tudo do dinheiro pelo dinheiro, se sentia ainda mais refratário e distante do que assentado nas galerias do teatro parlamentar. Estas, ao menos, o divertiam, o seu palco eram as câmaras onde cada lance poderia ser aplaudido ou vaiado. O animal político fascinava o analista das paixões. Mas o puro *homo economicus*, que a orgia financeira multiplicava, só causava tédio ao cronista de 1892, e voltará, anos depois, na pena do narrador de Esaú e Jacó ao descrever a figura do Nóbrega, o irmão das almas enriquecido nos jogos escusos do encilhamento.

Na composição da crônica de 9 de outubro a estilística do distanciamento é exemplar. A página abre-se com a menção ao mundo pesado dos banqueiros e aos processos movidos pelas vítimas dos golpes da Bolsa. A nota que o império da finança inspira ao cronista passa de "grave, soturna e trágica" a simplesmente "enfadonha". Analisando os parágrafos finais, reconhecemos a mesma matéria opressiva de que os jornais andavam saturados; e reitera-se a expressão do autor:

"Afinal, um fastio que nunca mais acaba".

Entre o enfado da abertura e o enfado do epílogo, o que o cronista intercala para distraí-lo do prosaísmo do encilhamento? Comentários a duas mortes sentidas, a do poeta laureado Tennyson e a do ídolo da geração de Machado jovem, Ernest Renan. O que pode parecer jogo gratuito, cabriola ociosa, é, na verdade, salto estratégico.

Não poderia ser mais agudo o contraste entre o assunto aborrecido dos jornais (bancos, Bolsa, câmbio...) e a evocação do poeta idílico inglês ou do mago da linguagem



cética, o criador daquele estilo "puro e sólido, feito de cristal e melodia". Tennyson e Renan, mortos e distantes, surgem próximos e vivos como feixes de luz, e a sua presença torna ainda mais plúmbea a atmosfera das políticas monetárias desencadeadas pelo Ministro da Fazenda.

A realidade da inflação solta não é ignorada, nem poderia fazê-lo o cronista da *Semana*, por mais tediosa que lhe parecesse. Mas, ao transpô-la para a sua escrita, o autor elabora uma linguagem de distanciamento pela qual o sujeito se põe e se declara existencialmente alheio à conjuntura que tinha virado manchete em todos os jornais do país. O objeto próximo da história contemporânea é recortado, mencionado, mas posto fora do círculo do *eu*, ao mesmo tempo que a lírica de Tennyson e a prosa translúcida de Renan preenchem o desejo de beleza e de sentido do cronista.

"Em verdade, que posso eu dizer das coisas pesadas de uma semana remendada de códigos e praxistas, a ponto de algarismo e citação? Prisões, que tenho eu com elas? Processos, que tenho eu com eles? Não dirijo companhia alguma, nem anônima, nem pseudônima; não fundei bancos, nem me disponho a fundá-los; e, de todas as coisas deste mundo e do outro, a que menos entendo, é o câmbio. Não que lhe negue o direito de subir; mas tantas lástimas ouvi pela queda, quantas ouço agora pela ascensão, não sei se às mesmas pessoas, mas com estes mesmos ouvidos. Finanças, finanças, são tudo finanças".

Raymundo Faoro viu com agudeza o deslizando do observador da nova sociedade para o cético formado pela escola do moralismo clássico.<sup>1</sup> Mais do que mero reflexo do quadro empírico, que os jornais presumem espelhar, a prosa machadiana é consciência reflexiva, trabalho da mente alerta que converte impressões do cotidiano em juízos de valor. O que está perto dos olhos é mediado pelo intervalo moral e estilístico, de tal maneira que o historiador que recolha da escrita machadiana só o puro documento de época arrisca-se a perder a dimensão mesma do seu sentido encurtando o alcance da interpretação. Sem o trabalho hermenêutico, o empirismo revela-se simplista.

Na crônica, aparentemente vagamunda e caprichosa, que fala primeiro do encilhamento, depois de Tennyson e de Renan, voltando enfim ao encilhamento, tudo quanto se suporia atual, matéria de imprensa, é afinal mortalmente enfadonho e, a rigor, não interessa ao foco narrativo: "Prisões, que tenho eu com elas? Processos, que tenho eu

---

<sup>1</sup>Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974, pp. 495-505.

com eles?" Mas o que acaba de morrer, o homem do pensamento e da palavra, ocupa inteiramente o espírito e o coração do cronista. Machado não era um jornalista provinciano e míope, nem a cultura letrada brasileira do seu tempo era marginal e incapaz de dialogar com as pontas de lança da inteligência do Ocidente.

## MACHADO SEM FRONTEIRAS

*"Il mondo casca!"*  
Cardeal Antonelli

*"Os alfaiates levarão muito tempo a medir e cortar a bela fazenda turca para compor o terno que a civilização ocidental tem de vestir"*  
A Semana, 20/9/1896

Brito Broca, que conhecia as crônicas de Machado de cor e salteado, deu-nos alguns ensaios breves e lúcidos que enfeixou em *Machado de Assis e a política*.<sup>2</sup> É um livro cheio de observações agudas, ditas sem pretensão nem *parti-pris* ideológico, pois não deseja provar nem que Machado foi alienado nem que foi o mais radical dos críticos da sociedade brasileira de todos os tempos. Brito Broca vai lendo e anotando aspectos vários da crônica machadiana sem puxá-la para esta ou aquela direção. O resultado é feliz: além da prosa limpa, isenta de extrapolações, o leitor ganha uma visão matizada da leitura que o cronista fazia dos desconcertos do mundo que, por serem próprios do "barro humano" (expressão de Machado), não se localizavam só nesta ou naquela nação nem seriam apanágio deste ou daquele povo. A insanidade, as incoerências, a vaidade e a hipocrisia estavam largamente distribuídas pelo nosso planeta, embora, vivendo e escrevendo no Rio de Janeiro, era de esperar que Machado se detivesse de preferência nas mazelas que caíam sob os seus olhos curiosos. Mas o leitor dos jornais europeus e dos telegramas, que já chegavam numerosos e céleres no último quartel do século, não deixaria de comentar com o mesmo ceticismo os fatos de além mar. Sem xenofobia nem eurocentrismo, o que mostra sua largueza de vistas e seu discernimento.

Brito Broca, depois de resenhar algumas crônicas locais, levanta o véu de uma escrita sem fronteiras no fecho do capítulo "A semana política de Machado". Cá e lá o

---

<sup>2</sup> Brito Broca, *Machado de Assis e a política*, São Paulo, Polis, Rio, INL, 1983.

mundo parecia cair dando razão a certo cardeal romano que, ouvindo notícias alarmantes ou estranhas, exclamava: "*Il mondo casca!*"

"No Exterior, a seqüência dos quadros apresentava aspecto mais intranqüilo ainda. Prosseguia a luta pela independência de Cuba, esta última auxiliada pelos Estados Unidos contra a Espanha. Menelik fazia proezas na Abissínia. Jameson invadia o Transvaal, levando Machado a recordar a famosa frase de Pascal: "*La force est la reine du monde*"; anunciava-se o desmembramento da Turquia; e até na Coréia, neste fim de século, havia uma guerra. "Não é mister dizer o que está fazendo a Coréia" – considerava o folhetinista – . "Agora há pouco matou tanto e de tal maneira que foi preciso matá-la também". Enquanto isso, o Presidente da França fazia propósitos de paz. Francamente, o mundo varia muito pouco e isso é motivo para não nos desanimarmos ante as perspectivas nefastas. É o próprio Machado de Assis, aliás, que nos sugere essa lição de esperança. À página 184, diz ele: "Supunha o mundo perdido em meio a tantas guerras e calamidades, quando respirei aliviado: encerravam-se em Londres, com grande brilho as festas de Shakespeare".<sup>3</sup>

Esse mundo, que parece sempre à beira da ruína (é o sentido da frase do cardeal italiano: *il mondo casca!*), na verdade está sempre mudando de fisionomia, pois é próprio tempo passar: "Os dias passam, e os meses, e os anos, e as situações políticas, e as gerações, e os sentimentos, e as idéias" (16 de junho de 1878).

Uma das formas historicamente visíveis dessa passagem incessante – cujo limite é a morte das instituições – é o que se chama, em sentido lato, modernização. Machado pôde assistir, ao longo do século 19 e no começo do século 20, a alterações vastas e profundas no cenário internacional, nos costumes, nas ciências da natureza e da sociedade, nas técnicas e em tudo o que entende com o progresso material. As mudanças foram extraordinárias, e o seu olhar as apreendeu tanto no ritmo célere do telégrafo quanto, mais lentamente, na transição do velho para o novo Brasil, do velho para o novo Rio de Janeiro. Em uma de suas últimas crônicas ele deplora a morte precoce de Heine que, nascido em 1800, poderia ter vivido até o fim do século para presenciar a passagem do legitimismo da Santa Aliança ao anarquismo e ao nihilismo... "Os dias passam... e as idéias".

---

<sup>3</sup> Machado de Assis e a política, cit., p. 187. A numeração indicada por Brito Broca remete à edição das crônicas feitas pela Ed. W. M. Jackson, Rio, 1937.

A história, feita de paixões e interesses, não persegue valores éticos. A modernização raras vezes humaniza as relações humanas;<sup>4</sup> quase sempre degenera em competição entre nações pelo poder e pela riqueza e, como tal, aguça o pessimismo do cronista.

As guerras mencionadas por Brito Broca e lembradas nas crônicas dão sinais da loucura dos homens que não cessa com o tempo. Quanto ao século do progresso, com suas revoluções e reações, "anexações e desanexações", seus impérios e novas colônias, conheceria todo tipo de surpresas cruéis. A modernização imposta à África, ao Japão, às Filipinas, à Índia, à Rússia, à Turquia, à Grécia... não poupou o sangue das populações civis, que correu tão barbaramente como nos séculos das trevas.

A tudo o nosso olheiro, posto que bem informado, dá de ombros, como fizera ao contemplar os desastros nacionais do encilhamento:

"Guerras africanas, rebeliões asiáticas, queda do gabinete francês, agitação política, a proposta de supressão do senado, a caixa do Egito, o socialismo, a anarquia, a crise européia, que faz estremecer o solo, e só não explode porque a natureza, minha amiga, aborrece este verbo, mas há de estourar, com certeza, antes do fim do século, que me importa tudo isso? Que me importa que, na ilha de Creta, cristãos e muçulmanos se matem uns aos outros, segundo dizem telegramas de 25? E o acordo, que anteontem estava feito entre chilenos e argentinos, e já ontem deixou de estar feito, que tenho eu com esse sangue e com o que há de correr?" (*A Semana*, 26 de abril de 1896).

Lucidez extrema e extremo distanciamento parecem dar-se as mãos nessas interrogações e desdenhosas: "Que tenho eu com esse sangue? "Que me importa?".

---

<sup>4</sup> A exceção notória, variamente interpretada pela história econômica, é a legislação abolicionista; lenta, embora, no Brasil e em todo o Ocidente, sempre abriu caminho para a passagem do velho ao novo liberalismo. Leia-se, a propósito, o estudo de Sidney Chalhoub, *Machado de Assis historiador* (Cia. das Letras, 2003), que revela as reações de Machado funcionário e Machado cronista às manobras que tendiam a amortecer os efeitos liberadores da Lei de 28 de setembro de 1871. A resistência dos senhores e o seu poder de emperrar as iniciativas do estado liberal foram moeda corrente em todas as formações sociais assentadas no sistema de plantagem: no Brasil, nas colônias afro-portuguesas, nas Antilhas francesas e espanholas e, belicamente, nos Estados Unidos. A legislação emancipadora tardou a concretizar-se entre nós, mas tampouco foi veloz o seu ritmo nas câmaras legislativas francesa, espanhola e portuguesa, onde a abolição foi acompanhada de indenização aos proprietários. Cá e lá... O velho liberalismo (europeu e brasileiro) valeu-se do trabalho escravo quando pôde; e nas colônias européias a legislação, emanada das câmaras metropolitanas, favoreceu os proprietários até mesmo quando estes foram obrigados a desfazer-se dos cativos. A partir da Restauração o liberalismo excludente encontrou e ocupou o seu lugar na Europa ocidental e nas Américas.

O auge da expansão imperialista européia coincidiu com o climax da ideologia do progresso, de que as exposições industriais e universais e a *Belle Epoque* seriam testemunhos ostensivos. Não por acaso, as políticas colonizadoras dos Estados valiam-se de discursos lastreados pela crença na civilização, palavra-chave da época. Não se tratava absolutamente de discursos de periferia, aos quais é sempre fácil atribuir o monopólio do despautério. Eram sortidas bélicas do centro mundial do poder, de onde irradiaram as novas investidas conquistadoras. O cronista, atento ao telégrafo, não perde nem os fatos nem o seu teor violento:

"Agora a Itália é um grande reino que já não fala a poetas, apesar do seu Carducci, mas a políticos e economistas, e entra a ferro e fogo pela África, como as demais potências européias" (8 de março de 1896).

A ferro e fogo. A percepção do novo colonialismo vestido com as razões do progresso não poderia ser mais nítida.

Que o feio espetáculo das empresas humanas não conheça fronteiras nacionais, é o que dizem várias crônicas tendo por base os telegramas e os jornais europeus que chegavam regularmente ao Rio de Janeiro. Mas que a prática do *canibalismo* pudesse encontrar-se não só entre bugres como também entre civilizados no fim do século 19, eis uma verdade dura de engolir! Mas é exatamente o que registra a crônica de 1º de setembro de 1895. Convém analisar a sua composição.

As frases de abertura narram candidamente atos de antropofagia perpetrados por um professor inglês que devorou várias crianças em uma escola de nativos da Guiné. A conduta do mestre-escola britânico é encenada e racionalizada nos seguintes termos:

"Pode ser que o professor quisesse explicar aos ouvintes o que era o canibalismo, cientificamente falando. Pegou de um pequeno e comeu-o. Os ouvintes, sem saber onde ficava a diferença entre o canibalismo científico e o vulgar, pediram explicações; o professor comeu outro pequeno. Não sendo provável que os espíritos da Guiné tenham a compreensão fácil de um Aristóteles, continuaram a não entender, e o professor continuou a devorar meninos. É o que em pedagogia se chama 'lição de cousas'.

Dado que a razão fosse essa, o professor afinal 'sacrificou-se', 'com o fim de civilizar gentes incultas', 'por amor ao ensino, dedicação à ciência, à nobre missão do progresso e da cultura'."

O sarcasmo rege cada palavra do período, e tudo vem a dar na sátira de uma civilização tida por superior à dos povos colonizados. O intertexto é a célebre proposta que Swift (mais um moralista do século 18) fez aos ingleses do seu tempo: já que as crianças irlandesas são em número infinito, e a sua criação é onerosa para o reino, que sejam assadas e comidas, tornando-se assim úteis ao bem público além de nutritivas e saborosas. Na boca escarminha do deão irlandês a antropofagia aparece com uma ação justificável e até mesmo benemérita. Mas, voltando os olhos para o Brasil de 1890, o nosso cronista dá notícia de alguns casos de canibalismo ocorridos em Salinas, vilarejo perdido nas Minas Gerais. Bárbaros embora, esses atos comparam-se aos golpes do encilhamento de 1890-91: "Comiam-se aqui também uns aos outros, sem ofensa do código – ao menos no capítulo do assassinato". Cá e lá...

A típica oposição – civilização *versus* barbárie – formulada no século 19 pelos arautos do novo colonialismo, desfaz-se sob os golpes da escrita machadiana. Ergue-se a cortina de veludo que ocultava hipocritamente a cena de horror. A barbárie aparece como o fundo comum da história dos povos: "Quando voltar o costume da antropofagia, não há mais que trocar o "amai-vos uns aos outros" do Evangelho, por essa doutrina: "Comei-vos uns aos outros". "Bem pensado, são os dois estribilhos da civilização".

O que distingue a barbárie manifesta no sertão de Minas da praticada pelo professor inglês é, exclusivamente, a possibilidade de dar a esta última uma "explicação" que, apesar de absurda e desumana, vem articulada em termos de discurso arrazoado. O cerne da sátira de Machado, como da proposta de Swift, incide no próprio teor da argumentação que justifica a bestialidade promovida por amor da civilização. *Il mondo casca*, mas o espetáculo continua.

No capítulo bem menos sinistro da venalidade eleitoral, Lélío, em bala de 5 de outubro de 84, registra consternado a recomendação, feita pelo ministro da justiça, de não mais se distribuírem patentes da Guarda Nacional até a eleição seguinte. A instrução oficial era uma admissão pública da compra e venda do voto em todo o Brasil. Representação parlamentar viciada em estilo tipicamente brasileiro? Sim e não. Sim, pelo conteúdo: as distinções de major e coronel da Guarda Nacional eram fatos locais. Não, quanto ao espírito e à forma: Lélío nos conta que Luís Felipe, rei no regime liberal parlamentar da França entre 1830 e 48, teria induzido os eleitores a vender as suas adesões "por meio de concessões de casas de tabaco". Nesta altura, como de outras vezes, o cronista passa de perplexo a simplesmente jocoso: as tabacarias trocadas pelo voto do eleitor francês eram

bem reais, mas as patentes de coronel desacompanhadas dos seus respectivos batalhões seriam puramente abstratas e nominais. Por que, então, não sorteá-las pela loteria da Corte? A proposta, embora engenhosa, provavelmente não satisfaria aos candidatos do governo, que desejavam traficar votos seguros, bem contados, personalizados.

A farsa eleitoral das monarquias parlamentares nos reconduz à visão do teatro político, que é nacional e internacional. Aquém e além do Atlântico os seus estilos podem ser altos ou baixos. Baixo é, de vez em quando, o modo inglês, sempre que as discussões na Câmara dos Comuns acabam em sólidos murros; o que também acontece na Câmara Municipal do Rio de Janeiro onde há conflitos que se resolvem à unha. "O murro é inglês", pondera Machado, "mas se imitamos dos ingleses as duas câmaras, o chefe de gabinete, o voto de graças, as três discussões e outros usos políticos de caráter puramente nervoso, por que não imitaremos o murro, o sadio murro, o murro teso, reto, que tira melado dos queixos e leva convicção às almas?" (2 de julho de 1883). Haverá, porém, nativistas que, repelindo os costumes exóticos, preferem a "vara de marmelo da infância", também chamada "camarão"... Assim fazendo, conservam os salutareos hábitos dos seus antepassados.

Quanto ao estilo alto, não por acaso vem também de Londres. A rainha é louvada pelo *lord chief of justice* em um banquete oferecido ao ator Irving: o nobre ministro não encontra melhor elogio do que comparar o papel majestático de Victoria ao de atriz "no tablado dos negócios humanos, representando com graça, com dignidade, com honra e com uma nobre simpleza" (15 de agosto de 1883).

Considerando que representar é parecer, ainda melhor do que ser (conclusão já tirada no conto "O segredo do bonzo"), o cronista acabará um belo dia elencando os tópicos e os tropos que os atores parlamentares deverão recitar nas ocasiões adequadas. A retórica vem da Europa, velha de séculos, mas há sempre oportunidades novas de usá-la, e o público que se agita nas galerias não pede mais que esses brilhos e essas casacas de empréstimo úteis como as frases de Spencer, de Comte, de Leroy-Beaulieu, etc... (10 de julho de 1883). A aliança de teatro e retórica vem de longe, e os debates parlamentares apenas a atualizam. Cá e lá.

## AS FORMAS DO PASSADO E A FORÇA DA NATUREZA

*"La force est la reine du monde"*  
Pascal

*"mas que é a natureza senão uma arte  
anterior?"*

A Semana, 18/X/94

O que dizer do juízo machadiano segundo o qual o mundo contemporâneo seria menos poético do que os tempos de outrora? Tudo leva a supor a insinuação de certa dose de ambivalência nas passagens em que o cronista lastima, meio irônico, meio nostálgico, a troca dos velhos costumes otomanos pela casaca parlamentar adotada na moderna Turquia. Comentando o fim da Sublime Porta e dos requintes do sultão e seu harém, Machado exclama como se fosse um renitente saudosista:

"Dou começo à crônica no momento em que o Oriente se esboroa e a poesia parece expirar às mãos grossas do vulgacho. Pobre Oriente! Mísera poesia!" (1º de julho de 1876).

Não sendo plausível crer que Machado preferisse o despotismo milenar ao liberalismo dos reformadores turcos, fica o sentimento de que o autor, não conseguindo ver a poesia na "nova mutação de cena em Constantinopla", compraz-se em registrar o caráter perecível das crenças e dos regimes: "Vão-se os deuses e com eles as instituições". A morte destas não traz forçosamente bem nem mal: apenas sugere-se que a poesia de outrora se está desfazendo com o triunfo da modernização política. A beleza da tradição sucumbe à força das mudanças ideológicas. "Mas o que eu apuro de tudo o que nos vem pelo cabo submarino e vapores transatlânticos é que o Oriente acabou e com ele a poesia".

Que haja poesia e beleza nas formas plasmadas no passado, abstração feita da violência daqueles tempos (persistente, aliás, no século 19) – é a opinião reiterada nas páginas da *Semana*. É o caso de seguir o rastro das reflexões aparentemente nostálgicas do cronista para captar o seu significado.

A idéia de que o passado, enquanto estágio arcano da humanidade, guardaria em seus mitos e sagas o segredo do belo ingênuo e vivo é um topos que data, pelo menos, do século 18. Vico e Rousseau conceberam-no de diversos modos: dele nutriu-se o Romantismo emprestando-lhe, pela reflexão estética de Schiller e de Leopardi, vigorosas



formulações.<sup>5</sup> Para desconforto dos reducionistas é conhecida a passagem da *Introdução à crítica da Economia política*, em que Marx se mostra perplexo em face do encanto que a arte grega ainda desperta em plena era das ferrovias e dos transatlânticos. E é a mesma hipótese viquiana da permanência milenar da fantasia mítica, própria da infância do gênero humano, que comparece no discurso do materialista dialético.<sup>6</sup> Veio depois a sociologia da cultura, fértil em hipóteses historicistas, e viu na saudade dos belos tempos de antanho a defesa de grupos sociais tradicionais em face da maré capitalista, utilitária e prosaica. Entre nós, afunilando o contexto, o weberiano Raymundo Faoro entrevistou um certo Machado de Assis avesso à hegemonia do dinheiro e dos endinheirados que os anos do Encilhamento trouxeram alijando os antigos e decorosos costumes da ordem estamental.<sup>7</sup>

Se, por um lado, os estímulos que agiram sobre o cronista, os fatos nus e crus do jogo econômico, invadiam o seu cotidiano, ocupando as páginas da *Semana*, a reação moral e estética do escritor Machado de Assis alimentava-se da tradicional antipatia ao burguês filisteu, ao homem do lucro e do negócio, que se chamaria Procópio Dias, Cotrim ou Palha no universo da sua ficção.

Das culturas européias, plasmadas antes da modernização avassaladora do fim do século, vinham imagens de formas pregnantas, inteiras e fortes, que puderam tomar corpo e resistir por longo tempo porque o "desencantamento do mundo" ainda não tolhera o vigor da criação. Homero e Platão, Dante e Shakespeare, Leonardo e Rafael, Mozart, Beethoven e o olímpico Goethe já não seriam possíveis sob a rotina pedestre das sociedades contemporâneas. Restava a ópera, exceção que confirmava a regra geral. O Machado cético cede às vezes ao Machado artista que, na esteira de seus mestres de desengano, Leopardi e Schopenhauer, não deixará de encantar-se com a beleza sem par daquelas obras capazes de sobreviver na memória dos homens ainda sensíveis ao seu fascínio.

Como a Natureza, a arte é poderosa, fecunda e criadora das suas próprias formas e leis. E como a Vida, os seus fins situam-se aquém do bem e do mal dos homens, ignorando

---

<sup>5</sup> Machado traduziu o poema "Os deuses d Grécia" de Schiller, de que transcrevo a penúltima estrofe: "Foram-se os numes, foram-se, levaram Consigo o belo, e o grande, e as vivas cores, Tudo o que outrora a vida alimentava, Tudo o que é hoje extinto".

<sup>6</sup> Por que então a infância histórica da humanidade, naquilo precisamente em que atingiu o seu mais belo florescimento, por que esse estágio de desenvolvimento para sempre perdido não há de exercer um eterno encanto?" (Marx, *Contribuição para a crítica da Economia política*, Lisboa, Estampa, 1974, p. 240).

<sup>7</sup> A crônica de 7 de julho de 1878 traz estas palavras de aversão ao enriquecimento rápido: "Isto de notas falsas, libras falsas e letras falsas, creio que tudo vai entroncar-se numa palavra de Guizot: *Enriquecei!* Palavra sinistra, se não é acompanhada de alguma coisa que a tempere. Enriquecer é bom; mas há de ser o passo de boi, quando muito a passo de carroça d'água".

as veleidades concebidas pelos mortais: daí viria o segredo da sua perpetuidade em um universo em que a regra é a usura do tempo.

A morte de Tennyson e de Renan afetam o cronista de tal modo que vêm a reduzir-se a nada os fastiosos vaivéns da Bolsa, as emissões dos bancos, as jogatinas do Encilhamento. No plano internacional a reação de Machado será exatamente a mesma. Comentando, em telegrama datado de Londres, de 24 de abril de 1896, que trazia a notícia do término das festas de Shakespeare, o cronista resenha com desdém as turbulências políticas que àquela altura comoviam o planeta, para depois compará-las com a perenidade do dramaturgo inglês, em termos que não poderiam ser mais assertivos:

"Terminaram as festas de Shakespeare..." O telegrama acrescenta que

"delegado norte-americano teve grande manifestação de simpatia. A doutrina Monroe, que é boa, como lei americana, é cousa nenhuma contra esse abraço das almas inglesas sobre a memória do seu extraordinário e universal representante. Um dia, quando já não houver império britânico nem república norte-americana, haverá Shakespeare; quando se não falar inglês, falar-se-á Shakespeare. Que valem então todas as atuais discórdias? O mesmo que as dos gregos que deixaram Homero e os trágicos. (...) Que valem todas as expedições de Dongola e do Transvaal contra os combates de Ricardo III? Que vale a caixa egípcia ao pé dos três mil ducados de Shylock? O próprio Egito, ainda que os ingleses cheguem a possuí-lo, que pode valer ao pé do Egito da adorável Cleópatra? Terminaram as festas da alma humana" (26 de abril de 1896).

Seria gratuita e inexplicável a resistência milenar das grandes obras da poesia e da arte *contra* (a preposição é usada por Machado) as instituições e a cena política de ontem e de hoje? A História esvazia-se de sentido, ao passo que Homero, os trágicos e Shakespeare preenchem os valores autênticos a que pode aspirar a alma humana. Na verdade, a sobrevida da arte não se acha, em nosso autor, dependurada no puro arbítrio do leitor apaixonado. O que sustenta o valor da obra de ficção é o seu firme nexos com a *força*, a verdadeira rainha do mundo, na palavra grave de Pascal; a força, que tem por sinônimos natureza e vida. A relação fundante entre arte e realidade é concebida por Machado em termos que ultrapassam de longe o espelhamento miúdo e restrito dos fatos da crônica de jornal pelo criador de ficção. Os fatos apenas comprovam à sociedade os recursos de que se vale a força, "rainha do mundo" O que o romance transpõe e estiliza é o jogo mesmo do destino de homens e mulheres que estão presos ao instinto de conservação, querem viver e

querem poder, mas trazem no corpo e na alma o estigma da precariedade. Veleidades de amor, veleidades de fama, tudo veleidade, para melhor rimar com a sentença do Eclesiastes. Só a força, causa primeira da existência, não passa. Contraponto único da inconsistência dos projetos humanos, foi a ela que Napoleão concedeu a exceção à palavra bíblica:

"Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade. Napoleão emendou um dia essas palavras do santo livro. Foi justamente em dia de vitória. Quis ver os cadáveres dos velhos imperadores austríacos, foi aonde eles estavam depositados e gastou largo tempo em contemplação, ele, imperador também, até que murmurou, como no livro: "Vaidade das vaidades, tudo é vaidade". Mas, logo depois, para corrigir o texto e a si, acrescentou: "Exceto talvez a força". Seja ou não exata a anedota, a palavra é verdadeira" (4 de agosto de 1895).

E o que restaria da História feita por homens e mulheres que a Natureza produz, reproduz e desfaz em seu eterno retorno? Resta a memória do belo que, por atalhos obscuros, talvez inconscientes, atingiu o segredo da força e o revelou sob as espécies da forma artística. Arte: força criadora de formas. Mas à medida que a consciência da própria finitude vem minando por dentro o ofício do poeta, também as suas ficções acabam perdendo o viço das antigas sagas e epopéias, cobrindo-se agora com o véu da melancolia. Esta é a condição prosaica do narrador moderno, e outra coisa não diriam os que mais no fundo penetraram, de Croce a Lukács, de Benjamin a Adorno. A idéia já estava (mas sem negrume de pessimismo), no mestre de todos, o sempre jovem velho Hegel:

"Se, agora, voltarmos o olhar para o mundo atual, com as condições evoluídas de sua vida jurídica, moral e política, somos obrigados a constatar que as possibilidades de criações ideais são muito limitadas."<sup>8</sup>

## **VOLTANDO À CENA: AS FIGURAS DO DECORO E O SEU *DÉCOR***

Poucas expressões haverá na linguagem crítica que tenham sido objeto de tanto menosprezo como a malfamada "torre de marfim", com que se procura acusar a conduta alienada de pessoas e instituições fechadas em si mesmas. No entanto, para perplexidade

---

<sup>8</sup> Hegel, *Esthétique*, Paris, Aubier, 1944, I, 231.

de todos os que admiramos o maior dos nossos escritores, Machado de Assis empregou-a como elogio e norma da Academia Brasileira de Letras na sessão de 7 de dezembro de 1897, quando se encerravam os trabalhos de seu primeiro ano de vida. O contexto era a proposta dos planos que a Academia deveria cumprir no ano seguinte, e que cabia ao presidente formular:

"Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora".

Lembrava em seguida, a exemplar deferência com que o Napoleão, agradecendo a eleição de membro do Instituto de França, dissera aos confrades que seria por muito tempo "seu discípulo"... Napoleão era então um moço de vinte e oito anos: Machado, ao proferir aquelas palavras de devoção exclusiva à literatura, estava chegando aos sessenta.

A questão é delicada, inimiga de patrulhas e igualmente avessa a fetichismos. Machado de Assis manifestou coerentemente, em toda a sua longa vida de escritor, propensão para o decoro. Traço de caráter que todos os biógrafos constataram, e a intuição psicológica de uma fina estudiosa de sua pessoa e obra, Lúcia Miguel Pereira, procurou compreender em termos de autodefesa existencial do mulato pobre e enfermiço a que só o mérito e uma conduta sóbria e discreta ofereceriam alguma chance de ascensão social. O amor ao decoro evitaria que a intimidade frágil e vulnerável recebesse os golpes da esfera pública e de suas formas diretas ou oblíquas de dominação.

Raymundo Faoro, no estudo mencionado, tenta ir mais longe: Machado nasceu e cresceu em um contexto social e político cujo valor conquistado fôra a estabilidade. Garantiam-na a instituição monárquica e um sistema parlamentar imitado da França e da Inglaterra, respeitoso das praxes e das fórmulas. Sociedade ciosa de seus estamentos e hierarquias, embora ainda não enrijecida pelos séculos; sociedade de bacharéis que, por sua vez, secundavam os interesses e as aspirações de classes, como as oligarquias agrárias e os donos do comércio exportador, ou de *grupos de status*, como a magistratura, o exército, o clero, a burocracia da corte.

Mesmo fazendo oposição, o liberalismo possível nos primeiros decênios do Segundo Reinado não poderia deixar de ser excludente, apoiado como estava na eleição

censitária, na esteira do sistema eleitoral da Restauração.<sup>9</sup> As tiradas retóricas que, vez por outra, se ouviram na Câmara, investindo contra o "poder pessoal" do Imperador, não abalariam, a rigor, o cerne do sistema político nem o seu funcionamento. Quanto ao roteiro ideológico de Machado de Assis, exceção feita a seus primeiros escritos de jornalista parlamentar (as crônicas liberais dos anos 60), não se caracterizou pela veemência direta de opositor indignado. O tom de suas observações foi baixando e a ironia substituiu a franca acusação à medida que o cronista descrevia de toda política, nacional ou estrangeira, embora sempre o atraísse o cenário onde deputados e senadores desempenhavam os seus papéis.

Não me parecem ainda suficientemente esclarecidas as causas da mudança de perspectiva e de tom do Machado jovem (de 1860 a 1866) para o Machado maduro, tal como já se revela nas crônicas dos fins dos anos 70 em diante. No seu excelente *A juventude de Machado de Assis*, Jean-Michel Massa elenca alguns temas liberais ardentemente defendidos nas crônicas do *Diário do Rio*: a eleição direta não censitária, pois o censo pecuniário aí aparece como "injusto e odioso" (a sua abolição na França só se dera em 1848, sessenta anos depois da revolução); repúdio à intervenção militar francesa no México; denúncia da ditadura de Solano López e apoio à guerra do Paraguai tida por uma cruzada pela liberdade do povo irmão. Eram enérgicos os seus ataques aos conservadores e à imprensa clerical, então entranhadamente reacionária.

Onde e quando identificar o momento da cesura, o divisor de águas?

A conhecida confissão da "perda de todas as ilusões sobre os homens", mencionada pela biógrafa Lúcia Miguel Pereira, data a crise de 1879; mais precisamente, dos meses de

---

<sup>9</sup> Em *Cidadania no Brasil. O longo caminho* (Civ. Brasileira, 2001), José Murilo de Carvalho relativiza o teor elitista da eleição censitária argumentando que "a maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano". Comparado com o que ocorria com sistemas de outras nações, o nosso processo eleitoral não lhe parece menos liberal: "As exigências de renda na Inglaterra, na época, eram muito mais altas, mesmo depois da reforma de 1832. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem". Adiante, confronta os nossos percentuais com os de estados europeus já avançados na prática do liberalismo formal. No Brasil de 1872 votavam 13% da população livre; na Inglaterra 7%; Itália 2%; Portugal 9%; Holanda 2,5% (pp. 30-31). Mas o mesmo historiador mostra que o caráter antidemocrático do sistema não estava tanto no número dos votantes quanto nas práticas de cooptação, fraude e violência que marcavam a maioria das eleições. Em seu denso estudo sobre a história do sufrágio universal na França, Pierre Rosanvalon chama "draconianas" as condições de elegibilidade da Carta de restauração de 1814, fruto do liberalismo pós e anti-revolucionário (*Lê sacre du citoyen*, 1992, p. 271). Os liberais eram rigorosamente excludentes sempre que se tratava de escolher os detentores do poder de legislar. Guizot, teórico do liberalismo conservador francês e modelo arquetípico de nossas elites imperiais, dissera sem reboços: "Em matéria de liberdade, há direitos universais, direitos iguais; em matéria de governo, não há senão direitos especiais, limitados, desiguais (Discurso à Câmara de 5 de outubro de 1831, apud Rosanvalon, cit., p. 325). Na França e no Brasil aplicou-se coerentemente essa doutrina limitando o número dos votantes e dos eleitores. Temos dados seguros para a França de 1831: 90% dos 200.000 eleitores deviam o direito de voto à sua propriedade rural (ib., p. 318).

doença que precederam a redação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Machado entrava na casa dos 40 anos.<sup>10</sup>

No estudo citado, Massa recorta um primeiro período de ruptura no final dos anos 60. A leitura sociológica tende a encarecer certos fatores da ascensão de Machado na escala social que teriam amortecido a sua paixão política juvenil: o ingresso no funcionalismo (foi nomeado Adjunto de Diretor do *Diário Oficial* em 1867); o desligamento da militância do *Diário do Rio* (67); a recepção do título imperial de Cavaleiro da Ordem da Rosa (67); enfim, o seu casamento com Carolina Augusta Xavier de Novais, filha de um casal da classe média portuense.

Um leitor atento de toda a obra de Machado, Eugênio Gomes, adverte que a supremacia do moralista "observa-se melhor a partir da década de 70, em que a prática do "despropósito" humorístico passara a dar outro timbre às reações morais do escritor.<sup>11</sup>

As várias hipóteses sobre a gênese do Machado maduro, cético e "clássico", embora plausíveis, não dão conta da profundidade da mudança, que foi estrutural: ideológica, estilística e, em senso lato, existencial. Assim, impõe-se ainda o fenômeno da descontinuidade. Como sucedeu com uma personagem absolutamente machadiana, o Joaquim Fidélis do conto *Galeria póstuma*, "há razões para crer que, de certa data em diante, foi um profundo cético, e nada mais". E Otto Maria Carpeaux viu em Machado de Assis um dos raros *twice born* de nossa história literária.

Será possível (hipótese a ser testada) dizer que o agnosticismo religioso e sobretudo a desilusão político-partidária tenham prenunciado o ceticismo ideológico e existencial de longo alcance que viria a caracterizar o autor das *Memórias póstumas* e dos *Papéis avulsos*. Nesse caso, a ruptura se teria dado em dois tempos: no final dos anos 60, com a cessação do engajamento ostensivo do jornalista; e, dez anos mais tarde, quando a crise se interioriza e penetra o cerne da sua linguagem narrativa.

De todo modo, a admissão de duas fases na trajetória de Machado não é invenção da crítica: a idéia de mutação comparece no prefácio à 2ª edição de *Helena* (1905), revelando a consciência de clivagem que o escritor reconhecia na sua biografia literária.

Acontecimentos cruciais como a crise de 1868-71, que culminou na batalha em torno do projeto de Lei do Ventre Livre, a eleição direta, a Lei Áurea, a propaganda e a proclamação da República, a revolta da esquadra e a campanha sangrenta de Canudos

---

<sup>10</sup> Lúcia Miguel Pereira, Machado de Assis, Estudo crítico e bigráfico, 6ª. ed., ver., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988, p. 192.

<sup>11</sup> Eugênio Gomes, Machado de Assis, Rio, Livraria São José, 1958, p. 65.

assumiriam, na sua prosa lúdica e desencantada, a forma de espetáculos. O cronista tudo observava, mas perdera o entusiasmo que o empolgar nos anos de juventude.

Ficou antológica a sua evocação do Senado dos anos 60, que ele conhecera de perto como redator do *Diário do Rio de Janeiro*. "O Velho Senado" é uma crônica longa, elaborada frase a frase pela estilística do distanciamento. São lembranças de juventude enfeixadas trinta e tantos anos depois que Machado fôra testemunha ocular das sessões públicas daquele colegiado poderoso, mas discreto.

O pesquisador de nossa história política terá que cavar e escavar duramente para extrair dessas páginas de engenho e arte o objeto mesmo do seu estudo, ou seja, o drama vasto e concreto da História e da política. Em compensação, o leitor da nossa melhor prosa memorialista se deleitará com figuras de políticos e suas histórias. Mal entreverá os projetos, as lutas e as contradições daqueles homens públicos, liberais ou conservadores; em compensação, não esquecerá alguns traços de suas fisionomias, alguns gestos e cacoetes que os marcaram, o tom e o timbre da voz com que discursaram. *Materiam superabat opus*.

O observador aqui é, antes de tudo, o artista consumado que a boa escola do realismo francês ajudou a formar. É o narrador solerte que conhece o valor do detalhe e sabe que um alçar de cabeça, um acenar de mão, a cara rapada, os sons guturais de uma voz irritada, os ouvidos moucos, os dedos que puxavam os punhos da camisa, as suíças e os bigodes brancos, um olhar de soslaio, um riso franco ou contido podem valer como a metonímia da figura inteira. Ao artista interessa o que o cientista tem por inefável: o indivíduo.

Revisitando na memória o Senado de 1860, o cronista quis demarcar escrupulosamente o seu campo de visão. Não se propunha apresentar os antigos parlamentares como o faria o político ou o historiador de profissão, mas apenas como "um simples curioso que não descobre mais que o pinturesco do tempo e a expressão das linhas com aquele tom geral que dão as cousas mortas e enterradas". Oxalá aprendêssemos com o próprio Machado a reconhecer os limites precisos que ele se impusera e de que se mostra tão consciente! O cronista sabe e afirma com todas as letras que não é historiador e tampouco faz obra de político:

"Um político, tornando a ver aquele corpo, acharia nele a mesma alma dos seus correligionários extintos, e um historiador colheria elementos para a história"

Mas o interesse do artista está voltado para os atores com seus meneios e palavras, e para a cena com o seu *décor* e decoro.

A primeira impressão forte que recebeu no Senado o "adolescente espantado e curioso" (o Machadinho do *Diário* mal chegara à casa dos vinte anos) foi precisamente a da compostura daqueles homens que, entre um café e uma pitada de rapé, sabiam "governar com mão de ferro este país". Eram meio homens, meio instituições. Tinham atravessado, em cena aberta, momentos penosos, "apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles", mas acabaram compondo um aspecto sobranceiro, que ia do olhar desafiador à soberba indiferença.

O cronista lembra, a propósito, os nomes de três ministros, Paranaguá, Sinimbu e o Visconde de Ouro Preto. Vêm-lhe à memória os nomes, mas sobretudo a capacidade, que sempre demonstraram, de "não perder a linha". Foram nisso mestres, e pouco mais saberá deles o leitor da crônica. Caso deseje entender o que acontecia por trás do aprumo dos gestos, deverá abrir um livro de história política, de preferência *Um estadista do Império*, inédito àquela altura, mas que Machado cita e louva, pois conhecia o teor do que estava sendo escrito por seu amigo dileto, Joaquim Nabuco. Reconstruindo a vida do pai, o Senador Tomás Nabuco de Araújo, o líder abolicionista pontuava a relação entre os discursos e a realidade viva e contraditória do Segundo Império. Nas Câmaras e no mesmo velho Senado ecoava também o Brasil real, desde a comoção da Praieira, as divisões intra-oligárquicas, até os episódios sangrentos da Guerra do Paraguai, tomando como pano de fundo uma sociedade presa ao regime escravista e a uma representação viciada que os "novos liberais" tentavam corrigir. Tudo isto cabe ao historiador descobrir atrás da expressão machadiana "paixão política".

Nesta ordem de observações é exemplar o tratamento dado pelo narrador a um episódio que exhibe, num relance, o processo eleitoral do Império em um de seus aspectos mais vulneráveis. Relembrando a campanha vitoriosa dos liberais nas eleições de 1860, o cronista retém a impressão que lhe fez um "obscuro votante" do primeiro turno que se aproximou de Teófilo Otôni mostrando-lhe um maço de cédulas furtadas a um cabo eleitoral adversário... O ato em si era reprovável e poderia dar margem a críticas acerbas do vale-tudo partidário do tempo. Machado, porém, contenta-se em fixar para o leitor tão só o riso do transgressor, "a boca sem nome, acaso verídica em tudo o mais da vida". E, se alguma palavra mais severa lhe acontece cair no curso da narração – "as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre" – logo sobrevém a errata que tudo relativiza



apagando o rastro da eventual censura: "se é que é podre, se é que é mesmo palha". Duvidaria o cronista do próprio rigor ético que o levara a chamar de *palha podre* o furto das cédulas? Assim faria o Conselheiro Aires no *Memorial*: avançando e retrocedendo, descobrindo e encobrindo ("os dois verbos da diplomacia"), para afinal neutralizar seja o reproche seja o louvor talvez excessivos. A estilística do distanciamento e da atenuação aproxima a crônica e a narrativa literária.

Há também retratos ou, melhor dizendo, perfis traçados com mão de hábil desenhista. Os vultos de Zacarias, Montezuma e Paranhos são revividos em pleno debate parlamentar. Mas trata-se de rasgos psicológicos peculiares ao desempenho oratório. O cronista omite sistematicamente os conteúdos que se valeram dessa retórica, deixando ao historiador a compreensão do drama político que os discursos traziam à tona. No caso de cada um deles, o drama não seria de somenos, pois cada um, em tempos diversos, entrou fundo em temas candentes. Assim, o Poder Moderador, fiel do Império, foi objeto de um ensaio polêmico de Zacarias de Góis e Vasconcelos; talvez nenhuma outra apologia do preceito monárquico-parlamentar – "o rei reina, mas não governa" – tenha agitado tanto as águas do longo período imperial.<sup>12</sup>

Quanto à chamada, por eufemismo, "questão servil", conhece-se a luta precoce e coerente de Montezuma, ou seja, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, mulato ilustrado, que o nosso cronista timbra em descrever com suíças e bigodes brancos. Foi deste filho de traficante negreiro, a voz abolicionista que primeiro se ergueu no Instituto dos Advogados, precedendo de muito a feitura do projeto de libertação dos nascituros que faria a glória de Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Que farto material para uma história política, no caso, Política com p maiúsculo!

Machado, falando de cada um deles, cinge-se a esta ou aquela anedota, a este ou àquele dito espirituoso, tendendo ao ferino. A linguagem é peculiar antes ao desenhista de perfis que ao historiador que avalia a complexidade dos processos sociais no fundo das ações individuais. O *décor*, o cenário ideal para aquele teatro de imagens, quase sombras, era o velho Senado. Daí, o caráter espectral com que finda a sua evocação. A última visão é a de um corredor escuro por onde vão desaparecendo, um a um, os seus antigos ocupantes. Quem fecha a porta da casa é um homem de capa preta, meias de seda preta,

---

<sup>12</sup> Refiro-me à obra de Zacarias de Góis e Vasconcelos, *Da natureza e limites do Poder Moderador*, cuja primeira edição saiu em 1860. Ver ensaio de Cecília Helena de Salles Oliveira, *Zacarias de Góis e Vasconcelos*, São Paulo, Editora 34, 2002.

calções pretos e sapatos de fivela. Mensageiro alegórico da morte, o porteiro do Senado abria e cerrava o prédio nas ocasiões solenes:

"Quanta coisa obsoleta! Alguém ainda quis obstar à ação do porteiro, mas tinha o gesto tão cansado e vagaroso que não alcançou nada; aquele deu volta à chave, envolveu-se na capa, saiu por uma das janelas e esvaiu-se no ar, a caminho de algum cemitério, provavelmente. Se valesse a pena saber o nome do cemitério, iria eu catá-lo, mas não vale; todos os cemitérios se parecem".

## O EQUÍVOCO E AS ILUSÕES DOS REPUBLICANOS

*"Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo."*

Balas de Estalo, 16 de maio de 1885.

Os espectros do velho Senado sumiram por aquele corredor escuro onde não há caminho de volta, a não ser quando o percorram os passos da memória.

Mas, ao lado dos saquaremas e dos luzias, começaram a aparecer os republicanos. Machado conheceu de perto vários deles, e a alguns dedicou respeito e amizade: Quintino Bocaiúva, Lafayette Rodrigues Pereira (que o defendeu das diatribes de Sílvio Romero), Saldanha Marinho, Lúcio e Salvador de Mendonça, Veríssimo, Bilac, Raimundo Correia, Rui... No entanto, a propaganda republicana, que começa formalmente com o Manifesto de 1870, só inspirou-lhe um malicioso apólogo... persa como as *Lettres* de Montesquieu.

O apólogo vem narrado na crônica de 11 de agosto de 1878. No fim da sua primeira década o republicanismo ainda mostrava um alcance modesto, apesar do avanço eleitoral registrado pelo cronista:

"Desta vez parece que o Partido Republicano fez uma entrada mais solene no pleito eleitoral: lutou sozinho em alguns pontos; em outros, lutou com alianças; resultando-lhe dessa política algumas vitórias parciais".

Em geral, espera-se dos apólogos que encerrem uma mensagem a ser decifrada ao cabo da narrativa. Nesta crônica, porém, o autor antecipa a chave da alegoria:

"O Partido republicano, não obstante as convicções dos seus correligionários, nasceu principalmente de um equívoco e de uma metáfora: a metáfora do poder pessoal; e a este respeito contarei um apólogo...persa".

O equívoco e a metáfora serão ilustrados pela história de um rapaz de Teerã, "grande gamenho e maior vadio", adjetivos que, postos na cabeça do apólogo, traem o olhar depreciativo que o narrador lança ao grêmio alegorizado. É jovem, pois nascera havia bem pouco; é gamenho, termo que se dava aos rapazelhos janotas, e a alusão terá sabor de classe alta, como era a dos fazendeiros e profissionais liberais que ostentavam idéias republicanas; enfim, o rapaz é vadio, atributo que situa em uma esfera semântica negativa o partido que vinha contestar o regime.

A cláusula intercalada – "não obstante as convicções dos seus correligionários" – significa, ao mesmo tempo, uma concessão aos partidários sinceros da causa (Machado os freqüentava e não desejava melindrá-los) e um reforço da tese principal: *o nascimento da agremiação republicana fôra um equívoco*.

Isto posto, o apólogo acompanha a história do rapaz de Teerã. Não tem profissão, é rico e indolente, tanto que o pai lhe manda que escolha ofício. Metaforicamente: temos um partido sem rumo definido composto de homens alheios a qualquer empresa consistente.

De todo modo, o moço sai a campo curioso de "correr toda a Pátria", a ver se consegue escolher a profissão "que lhe parecesse mais própria e lucrativa".

Assim se teria espalhado o republicanismo, carente de raízes próprias e, por isso mesmo, ansioso por encontrá-las e deitá-las no solo da nação. E é a figura do plantio que vai dar armação à parábola. O jovem resolve plantar limas, as famosas limas da Pérsia. Mas são malogrados os esforços do incipiente lavrador. As limeiras, por mais que ele as fizesse regar e até enfeitiçar "com palavras dos livros santos", não cresciam e, menos ainda, frutificavam. Deixo à argúcia dos historiadores do Segundo Império identificar a pessoa do *mago* a quem recorre o nosso lavrador em desespero de causa.

Como explicar o insucesso do plantio, se saborosas limas davam fartamente em outras terras? Era preciso descobrir a causa de um resultado tão mofino. As causas podiam ser várias: "falta de alguns sais no adubo, ares pouco lavados, certa disposição do terreno, pouca prática do plantador". São carências que podem ser lidas em registro alegórico como razões do malogro das idéias novas. Estas, de fato, não conseguiam, àquela altura, atrair os descontentes com a monarquia, que já haviam encontrado o seu nicho na ala radical do

Partido Liberal. Ao grupo da *Reforma* coubera o papel de defender coerentemente a eleição direta e protestar contra o adiamento das leis abolicionistas.

O que faltaria, então, às limeiras e à campanha republicana? Terra mais fértil, mais umidade nos ares, lavrador mais hábil – tudo são figuras do que, em crônica escrita dias depois, Machado apontará como "o estado mental" da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional" (1º de setembro).

Teríamos, na verdade, causas históricas que tornariam ineficazes certas propostas de cunho progressista? (Vale a pena revisitar a espinhosa questão dos limites ideológicos do ceticismo machadiano).

De todo modo, o nosso malsucedido cultivador precisava indigitar o culpado: acabou acusando o sol, porque "era ardente, e requeimava as plantas". Este era *o culpado visível*. A alegoria toca, enfim, o seu alvo: o poder pessoal do Imperador era, para os bisonhos republicanos, o pecado original da política brasileira.

O cronista não se contentou em esclarecer o sentido do apólogo. Foi além, desqualificou explicitamente a razão alegada pelos republicanos chamando-a de equívoco. A causa das nossas mazelas políticas não seria na ótica de Machado, a vigência do Poder Moderador que a Constituição de 1824, na esteira da lei maior francesa, confiara ao monarca.

Ora, a leitura do Manifesto de 70 não deixa dúvidas sobre o alvo principal do novo partido. Para fulminar as prerrogativas imperiais, os signatários, dentre os quais sobressaem Saldanha e Quintino Bocáiuva, amigos pessoais de Machado, citam políticos de todo o espectro ideológico do Império. Não esquecem sequer as palavras duras de um conservador ressentido, José de Alencar, que pintava o poder pessoal de D. Pedro II como um "pólipo monstruoso". Liberais clássicos como Francisco Otaviano e Nabuco de Araújo eram igualmente chamados para abonar a mesma posição.

Para Machado de Assis o partido nascera de um erro de interpretação: é o que a crônica afirma sem ter de provar, mesmo porque o cronista não se sente na obrigação de ser historiador: basta-lhe o delicioso privilégio de opinar. Proclamada a República, o escritor (e o romancista de *Esau e Jacó*) não mostra entusiasmo pelo regime. No contexto de uma crônica de 1º de setembro de 1895, lamentando o suicídio de Raul Pompéia, qualifica de "ilusão" a sua paixão política, que sabemos republicana até os extremos do jacobinismo:

"A política, é certo, veio ao seu caminho para lhe dar aquele rijo abraço que faz do descuidado transeunte ou do adventício namorado um amante perpétuo. A figura é manca; não diz esta outra parte da verdade, – que Raul Pompéia não seguiu a política por sedução de um partido, mas por força de uma situação. Como a situação ia com o sentimento e o temperamento do homem, achou-se ele partidário exaltado e sincero com as ilusões todas, – das quais se deve perder a metade para fazer a viagem mais leve, – com as ilusões e os nervos".

Incluindo-se certamente entre aqueles que estimavam o autor do *Ateneu*, mas "não comungavam com as suas idéias políticas", Machado diz também que não o conhecera na época das suas lutas abolicionistas em São Paulo. Caso tivesse acompanhado a trajetória de Pompéia, teria provavelmente relativizado o seu juízo sobre as "ilusões" do militante. O republicanismo deste começou nos seus anos acadêmicos, entre 1882 e 85, e veio sempre misturado com um ardoroso engajamento abolicionista. Conhecem-se as suas invectivas dirigidas aos assaz moderados republicanos paulistas que, pela palavra de Alberto Sales e Rangel Pestana, revidavam acusando os seus "exageros" e o "sentimentalismo" dos seguidores de Luís Gama e de Antônio Bento, ambos venerados pelo jovem Raul Pompéia. De resto, há marcas profundas da aversão de Pompéia ao regime monárquico na sátira que um personagem do *Ateneu*, o Dr. Cláudio, faz do "tirano de sebo", D. Pedro II.

A partir do 15 de Novembro acalora-se a sua paixão republicana e, no mesmo grau, o seu nacionalismo intransigente e a adesão incondicional a Floriano Peixoto, que a revolta da Armada suscitaria nos jacobinos do novo regime. Alguma fugaz concessão à pessoa de Pedro II pode-se detectar em artigos que Pompéia escreveu nos meados de 1886, quando julgou seu dever defender o governo de ataques de *O País*, que lhe pareceram injuriosos. A figura do velho rei exilado despertou-lhe, mais tarde, um sentimento de piedoso respeito. Mas, sempre que se propunha avaliar em bloco o Segundo Reinado, o seu julgamento era coerentemente severo, quando não ferino.

Lendo o prefácio que escreveu para as *Festas Nacionais*, de Rodrigo Otávio (1893), vemos o retrato de corpo inteiro da sua interpretação da história brasileira a partir da maioria de D. Pedro II:

"Foi o crime do Segundo Reinado que contra a nossa histórica miséria não provocou a mínima tentativa. Pelo contrário. Nós fomos colônia... cada vez mais com D. Pedro, o derradeiro".

"Cinqüenta anos teve esse monarca para construir e fortalecer a vitalidade do civismo brasileiro. Foram cinqüenta anos de inércia e de abandono. E este será o grande libelo perante a História honesta e exata da inépcia benigna do Segundo Reinado". Adiante acusa "a negação perene do seu abolicionismo platônico" e "a obra negativa da anulação do caráter nacional".<sup>13</sup>

O contraste entre as atitudes políticas de Machado de Assis e Raul Pompéia é flagrante e merece leitura detida. Machado nada espera da política enquanto intervenção efetiva na esfera pública. A política que transforma ou inova não encontra lugar nas suas crônicas que preferem ver a precariedade nas ações e a vacuidade nas palavras dos homens... políticos. Ao passo que o jovem Pompéia condena os políticos corruptos em nome de seus ideais abolicionistas e nacionalistas, Machado tende a duvidar até mesmo da eficácia de planos bem intencionados, como é o caso da proposta de Saldanha Marinho visando a restituir o prestígio e a dignidade da Câmara Municipal.

Convém examinar essa crônica de 1º de setembro de 1878, escrita dias depois do apólogo que ironizava a propaganda republicana. Aprovando a iniciativa de Saldanha, cujo espírito democrático levava a encarecer a representação dos munícipes, o cronista julga, porém, que a proposta, mesmo se aceita pelos poderes legislativo e executivo, "não terá o desejado efeito". O seu arrazoado pessimista lembra o tom dos conservadores ingleses e franceses que influíram no pensamento político europeu a partir da Restauração: Burke, Benjamin Constant, Chateaubriand, Guizot. O ponto comum é este: de nada adianta a lei sem os costumes que a precedem e devem sustê-la. O projeto inovador precisa contar com "as condições morais e mentais da sociedade. Pode a instituição subsistir com as suas formas externas; mas a alma, essa não há criador que lha infunda".<sup>14</sup>

Considerando o intervalo que existiria entre os bons propósitos do legislador e o peso do "estado mental da nação", o cronista se mostra céptico quanto à viabilidade das iniciativas democráticas veiculadas pelo parlamento e pelos jornais. Parece não haver saída para este desafortunado país onde os políticos tradicionais fazem jogo de cena para manter o *status quo*, ao passo que os progressistas, animados de "sentimentos liberais", propõem

---

<sup>13</sup> V. Raul Pompéia, Escritos políticos, vol. V das Obras (org. por Afrânio Coutinho), Civ. Brasileira, 1982, páginas 80-85, 91, 95 e 102-104. A carta-prefácio às Festas Nacionais de Rodrigo Otávio vem transcrita no mesmo volume, pp. 287-299.

<sup>14</sup> A fonte do texto é uma passagem de Spencer, citada na crônica de 6 e novembro de 1892. sintomaticamente, o cronista omite o contexto progressista do filósofo da evolução e se atém à idéia de que as leis nada podem se não se adaptam às "condições morais e mentais da sociedade".

medidas certamente ineficazes. O teatro político apenas encena o impasse que não lhe é dado superar.

Machado descrê, por exemplo, da luta liberal contra o excesso de centralização administrativa. Luta que está na boca de todos, virou mesmo "flor de retórica, uma perpétua chapa". A sua reflexão contém uma forte dose de determinismo, a que induz o seu ceticismo:

"Raros vêem que a centralização não se operou ao sabor de alguns iniciadores, mas *porque era um efeito inevitável de causas preexistentes*. Supõe-se que ela matou a vida local, quando a falta de vida local foi um dos produtores da centralização. *Os homens não passaram de simples instrumentos das coisas*. É o que acontece com o poder municipal: esvaiu-se-lhe a vida, não por ato de um poder cioso, mas *por força de uma lei inelutável*, em virtude da qual a vida é frouxa, mórbida ou intensa, segundo as condições do organismo e o meio em que ele se desenvolve. É o que acontece com o direito a voto; a reforma que reduzir a eleição a um grau será um melhoramento no processo e por isso desejável; mas dará todas as vantagens políticas e morais que dela esperamos? Há uma série de fatores, que a lei não substitui, e esses são o estado mental da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional..." (grifos nossos).<sup>15</sup>

Convenhamos em que não temos nestas palavras uma profissão de fé na capacidade transformadora da ação política. Como fator de mudança, esta entraria na proporção de uma *quantité négligeable*.

## MAS O QUE É, AFINAL, A POLÍTICA?

Eis o que revela uma pesquisa – verdadeiro *survey* de opinião pública... – que o cronista simulou na sua bala de 8 de julho de 85:

Tendo enviado a pergunta pelo correio, o cronista seleciona as respostas, comentando-as entre jovial e sardonicamente:

---

<sup>15</sup> A crônica de 1º. de julho de 1885 diz o mesmo ao desculpar o atraso com que a Câmara votava propostas tidas por urgentes: "Assim como um governo sem equidade só se pode manter em um povo igualmente sem equidade (segundo um mestre), assim também um parlamento remisso só pode medrar em uma sociedade remissa. Não vamos crer que todos nós, exceto os legisladores, fazemos tudo a tempo. Que diria o sol, que nos deu a rede e o fatalismo?". Ou seja: a atividade política reproduz organicamente o que somos; o que fazer?

"Não publico todas as definições recebidas, porque a vida é curta, *vita brevis*. Faço porém, uma escolha rigorosa, e dou algumas das principais, antes de contar o que me aconteceu neste inquérito, e foi o que há de se ver adiante, se Deus não mandar o contrário.

Uma das cartas dizia simplesmente que política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas. Outra afirmava que a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz. Outra, que é, estando à mesa, não enxugar os beijos no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha. Um secretário de club dançante jura que a política é dar excelência às moças, e não lhes por alcunhas quando elas já têm par para esta. Segundo um morador da Tijuca, a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem.

Muitas cartas são tão longas e difusas, que quase se não pode extrair nada. Citarei dessas a de um barbeiro, que define a política como a arte de lhe pagarem as barbas, e a de um boticário para quem a verdadeira política é não comprar na botica da esquina."

A política aparece, na maioria das respostas, como etiqueta, ou seja, teatro de costumes, em que os signos de cortesia devem ser recíprocos. Tudo, em última instância, vem a dar no cuidado individual com o interesse próprio: o boticário deve abster-se de comprar na botica da esquina, pois seria favorecer o concorrente; o deputado não votará contra o governo na questão servil, contentando-se com meias medidas, ainda que declare ser pela abolição imediata; enfim, nenhum parlamentar fará obséquios a quem não seja seu amigo ou eleitor...

São situações locais, variações brasileiras de tendências recorrentes do "barro humano" assim compreendido nas palavras de um *philosophe* do século 18:

"A classe mais numerosa, a que pertence quase todo o gênero humano, é aquela em que os homens, atentos unicamente a seus interesses, nunca lançaram os seus olhares para o interesse geral. Concentrados em seu bem-estar, esses homens dão o nome de honradas apenas às ações que lhes são pessoalmente úteis".

Adiante:

"Se o universo físico se submete às leis do movimento, o universo moral não deixa de submeter-se às leis do interesse. O interesse é na terra o mago poderoso que modifica aos olhos de todas as criaturas as formas de todos os objetos" (Helvetius, *Do espírito*, ed. de 1758, II, 2).



A crônica de Machado traz reflexos de palavras e de atitudes de políticos do Brasil imperial. Junto ao reflexo trabalhava a reflexão peculiar ao escritor Machado de Assis, com o seu olhar e o tom de sua voz procurando ir mais longe e mais fundo do que o mero registro empírico. O reflexo é mediado pela atividade da reflexão. E a reflexão não se detém em fronteiras nacionais.

A consciência do caráter ambíguo ou cambiante do cenário político, armado só em função de interesses e desejos individuais, levou o cronista a contemplar com os mesmos olhos desenganados tanto o jogo partidário brasileiro como a prática parlamentar inglesa.

Em crônica de 4 de agosto de 1884, Lélío finge transcrever dois discursos de deputados à assembléia provincial do Rio de Janeiro, um conservador, outro liberal, falando a mesma linguagem em uma sessão de dezembro de 1868. E conclui: "o nome é que divide". Mas, sendo a política o que é, "obra de homens", acontecia algo semelhante no pequeno *speech* de um candidato inglês no ano de 1869: "Quero a liberdade política, e por isso sou liberal; mas para ter liberdade política é preciso conservar a constituição, e por isso sou conservador".

Da mesma prestigiosa fonte britânica viria esta outra notícia, que teve o dom raro de deixar pasmo o cronista, em geral fleugmático:

"Não há uma semana o correspondente de Londres, no *Jornal do Comércio*, dizia que os conservadores pedem ali a dissolução da Câmara, mas que os liberais *a temem, porque estão no governo*. Se isto não é o mundo da lua, não sei o que seja" (*Balas de estalo*, 13/III/84). Cá e lá...

Perplexidade, ironia, sarcasmo, tudo são modalidades de uma reação subjetiva e cultural à chuva de *faits divers* que a comunicação nacional e já então internacional fazia cair sobre o redator curioso e bem informado oculto sob o pseudônimo de Lélío.

O trabalho do intérprete de Machado hoje é também da ordem da reflexão. Basta saber se o leitor dialético, que acaso tenha sobrevivido ao século 20, fará passiva e incondicionalmente sua a imagem do Brasil tal como aparece espelhada, pensada e interpretada pelo cronista. Imagem de um país condicionado por um "estado mental" mal saído dos tempos coloniais. Imagem de uma sociedade presa a hábitos "inelutáveis", o que exprime um estilo de pensar diferente do protesto encrespado, feito de amor e ódio, revolta e esperança, que sai das páginas abolicionistas de Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio ou Cruz e Souza, mulatos e negros que se indignam, porque motivados por um

ideal de futuro libertador. O *filtro cognitivo* de Machado em nada se assemelha ao das crônicas jacobinas de Raul Pompéia, nem coincide com os ensaios históricos dramáticos de Euclides da Cunha, inteligência sensível às grandes fraturas de raça, classe e cultura que dividiam a nação brasileira. Comparem-se, enfim, as palavras desenganadas de Lélío, nas suas balas de estalo ("maciamente sarcásticas" , no dizer de Valentim Magalhães), com o *pathos* liberal-progressista que sopra nas páginas animosas de Joaquim Nabuco escritas na mesma década de 80. O que são textos que falam de política se não deciframos a sua perspectiva e não ouvirmos o tom da voz que os ditou?

Em termos de história das ideologias, as perguntas que cabe formular me parecem estas: – Qual o contraponto ideológico que sustenta coerentemente a sátira machadiana à política brasileira e à política em geral? Se a sátira é discurso contra-ideológico, qual seria a razão interna e qual o alcance da sua força negativa? Que discurso seria confiável, do ponto de vista do cronista, em oposição à *vana verba* dos parlamentares nacionais? Em nome de qual princípio superior deve ser desmistificada a retórica do teatro político?

Não se vislumbra no leque das ideologias contemporâneas de Machado nenhuma que dê suporte ao seu desdém universalizado pelo ofício dos políticos. Cavando mais fundo, a descrença em toda e qualquer doutrina que promova o progresso moral do gênero humano na rota da civilização (positivismo, evolucionismo, socialismo...) resulta na hipótese antiquíssima de que tudo, afinal, se repete. Assim acontece com a Natureza, assim gira a roda do destino. A figura do círculo vale tanto para as eternas e inoperantes reformas eleitorais do Império como para certos costumes bárbaros do bicho humano, que se supunha para sempre extintos. O episódio do canibalismo inglês e brasileiro, contado na crônica de 1º de setembro de 1895, ilustrava essa desolada filosofia do eterno retorno, que a expressão "andar à roda" descreve com precisão. A antropofagia está voltando e poderá sempre voltar.

"Horrível, concordo, mas nós não fazemos mais que andar à roda, como diria o outro... Que me não posso lembrar se foi realmente Montaigne, pois iria daqui pesquisar o texto na própria e deliciosa língua dele. Os franceses têm um estribilho que se poderia aplicar à vida humana, dado que o seu filósofo tenha razão:

*Si cette histoire vous embête,*

*Nous allons la recommencer.*

Os portugueses têm esta outra, para facilitar a marcha, quando são dois ou mais que vão andando:

*Um, dois, três.*

*Acerta o passo, Inês.*

*Outra vez”*

A roda da História é figura que não se ajusta a concepções progressistas do tempo; apenas convida à cética resignação. Mas, na medida em que alcançamos descobrir no fundo do ceticismo um veio de inconformismo, assim como percebemos no fundo da crítica um renitente pessimismo, estaremos chegando perto da contemplação do enigma que é o olhar machadiano.

Por que a hipótese de Augusto Meyer (e em parte, de Raymundo Faoro), que faço minha, da vigência do moralismo cético, ajuda a decifrar o enigma do olhar machadiano?

Porque o moralista cético vê o universo da política como um agregado de homens que somam aos seus objetivos particulares um suplemento de poder. Daí, o espetáculo nada edificante que armam a vaidade, a covardia, a estupidez, a venalidade, a hipocrisia, a ganância, a indiferença e o oportunismo quando os potencia a faculdade de legislar, de corromper, aliciar ou punir aliados ou adversários. "Que é a política senão obra de homens?" A política reforça, como instrumento grupal que é, as tendências defensivas e agressivas de cada indivíduo que entra no seu palco. Como construir uma república equitativa a partir de indivíduos centrados em seus interesses próprios?

Para o moralista clássico, os costumes do barro humano não se reformarão mediante leis, decretos e constituições juradas ou outorgadas. Os hábitos estão enraizados na natureza egoísta inerente a cada homem; natureza que reponta sempre, ora descarada, ora mascarada pela civilização.

O mal denunciado, o vício escarneado e a iniquidade exposta têm origens profundas na vida social, que é regida pela força ou pela astúcia. Maquiavel, ainda e sempre: a política, teatro de leões e raposas.

O resultado da aplicação do ceticismo machadiano à política brasileira é rico e paradoxal. A flecha satírica fere e atravessa as mazelas locais alcançando alvos similares além de nossas fronteiras: *il mondo casca!* O mal é nosso, mas, se bem pensado, está não só aqui, mas ali e alhures, pois a política é sempre obra de homens dos quais pouco ou nada convém esperar.

Mas... ultrapassando o alvo nacional, a crítica se faz contraditoriamente mais forte e mais fraca. Mais forte, porque o poder da sátira não se esgota no recorte do fato isolado, no episódio; procura compreendê-lo à luz da consciência que o escritor tem da fragilidade do ser humano. É a reflexão universalizante preenchendo o empírico, estilizando o reflexo imediato do acontecimento. Mais fraca, no entanto, porque desvia a atribuição da causa próxima do mal para uma condição existencial ampla que relativiza os mecanismos específicos da conjuntura local; assim fazendo, descrê de quaisquer doutrinas ou medidas políticas enérgicas e eficazes para sanar o mal denunciado. Empíria (*eis os fatos...*) e pessimismo (*eis o homem...*) podem somar-se para zerar a esperança de que é possível, politicamente, transformar o que acontece sob os nossos olhos aqui e agora.

Compreender o nexó íntimo de sátira política e moralismo céptico nos faz respeitar o espírito e a letra das crônicas; e talvez resistamos à tentativa de *ver somente um Machado que nos interessa*, para entrever o Machado real, isto é, concreto e complexo, local e universal. Ou será demasiada ambição?

Documentos exigem crítica textual e histórica. Com maior força de razão, crônicas literárias de um grande escritor requerem sondagens que identifiquem o seu ponto de vista, o húmus do seu pensamento, os seus valores e antivalores, o seu *pathos*, o seu estilo de narrar, os seus procedimentos retóricos. É uma tarefa ainda por fazer e constitui o limiar da interpretação, abaixo do qual tudo se dissipa no anedótico ou se presta ao desnorte de arbitrárias alegorias.

## **OBSERVAÇÃO**

As passagens das crônicas citadas foram transcritas das seguintes fontes:

- Machado de Assis - *Obra Completa*, org. por Afrânio Coutinho. Rio, Aguilar, 1971.
- Machado de Assis - *Bons dias!* Introdução e notas de John Gledson. São Paulo, Hucitec, 1990.
- Machado de Assis - *Balas de estalo*, org. por Heloísa Helena Paiva de Luca. São Paulo, Annablume, 1998.